

O *impeachment* no Brasil em 2016: reflexões sobre os enquadramentos da mídia em uma perspectiva discursiva¹

Andrey AZEVEDO²
Jéssica GOMES³

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG

Resumo

O presente estudo tem como objetivo identificar, a partir de análise de textos publicados por dois veículos de comunicação, possíveis enquadramentos e interpretativos adotados em torno do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Para isso, foi feita uma análise comparativa entre um editorial do jornal “O Estado de São Paulo” e um artigo publicado pelo site da Mídia Ninja. O propósito é identificar possíveis representações sociais e imaginários mobilizados por ambos os textos, bem como estimar possíveis *ethé* editoriais associáveis a tais veículos de comunicação.

Palavras-chave

Jornalismo; análise do discurso; enquadramentos; representações sociais; ethos

Introdução

Este trabalho busca identificar, a partir da análise de textos publicados por dois diferentes veículos de comunicação, possíveis interpretativos acerca dos tipos de enquadramento adotados em torno do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff no Brasil, processo que teve sua admissibilidade votada pelo senado no dia 12 de maio de 2016, culminando no afastamento provisório da líder do executivo e deflagrando, como poderíamos esperar em casos semelhantes, grande repercussão na mídia em geral.

Frente a tais desdobramentos no campo informacional, com pontos de vista favoráveis e contra o *impeachment*, procuramos neste artigo abordar a noção de enquadramento com o propósito de identificar aspectos que possam revelar uma tentativa de "construção do real" por meio da mídia no Brasil, o que vemos como fator de relevância para estudarmos, do ponto de vista analítico-discursivo, algumas representações sociais (e imaginários) mobilizadas por tais falas, bem como estimarmos possíveis *ethé* editoriais

¹ Trabalho apresentado no GP Teoria do Jornalismo do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorando na Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do CEFET-MG, email: andrey.azevedo10@gmail.com

³ Mestranda na Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do CEFET-MG, email: jessicagomes_mtz@hotmail.com

associáveis a tais veículos de comunicação, principalmente levando-se em conta especificidades que possam desvelar uma coincidência (ou não) com o que podemos considerar hoje como discursos hegemônicos e/ou contra-hegemônicos.

Para o estudo em si, escolhemos um editorial do jornal “O Estado de São Paulo” (Estadão), de 29/06/2016, que se mostra favorável ao afastamento da presidente e, como contraponto, um artigo publicado no site da Mídia NINJA,⁴ em 29/04/2016, contrário ao *impeachment* e defensor da tese de “golpe”. Como aporte teórico-metodológico predominante para o trabalho, adotamos a Análise do Discurso (AD), recorrendo, sobretudo, a pesquisadores da atual escola francesa dentro deste campo do saber (em uma perspectiva linguística e/ou semiolinguística), tais como Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau, principalmente. Incluímos no embasamento teórico, também, autores que buscam refletir sobre o papel e atuação na mídia na contemporaneidade, como Ignacio Romanet, Mauro Porto, Rousiley Maia, entre outros.

Os enquadramentos e a construção social da realidade

No momento em que optamos por adotar a noção de enquadramento, verificamos que vários dos estudos até então realizados trazem em comum a percepção de que não há uma “uniformização” conceitual acerca do tema. De acordo com Porto (2004), por exemplo, ainda não existe uma definição consensual sobre o que sejam os enquadramentos da mídia. Já McCombs (2009), nos lembra que há uma quantidade considerável de definições sobre a teoria, algumas delas conflituosas entre si. Diante de tal cenário, o que temos como proposta é trazer para esta discussão alguns dos principais estudos que tratam da temática na atualidade (de forma sintética), verificando posteriormente de que maneira diferentes veículos de comunicação abordaram (ou enquadraram) o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

Assim, se levarmos em conta o que nos diz Hackett (1993, p.120-122), podemos notar que um dos fatores mais importantes na produção de notícias estão na figura dos enquadramentos aplicados pelos jornalistas, enquadramentos estes que são definidos por Gitlin (1980, p.7) como “padrões persistentes de cognição, interpretação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira”. Ainda dentro dessas visões conceituais, Goffman (1986) entende que os enquadramentos podem ser vistos como marcos interpretativos,

⁴ “Rede de comunicadores que produzem e distribuem informação em movimento, agindo e comunicando” Disponível em: < <https://ninja.oximity.com/partner/ninja/about>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

construídos socialmente e que permitem às pessoas dar sentido às situações e aos acontecimentos.

No que se refere à cobertura de temas políticos, o que está mais próximo deste nosso objeto de estudo, torna-se possível identificar uma disputa simbólica sobre qual enquadramento ou interpretação da realidade irá prevalecer. Enquadramentos seriam, portanto, importantes instrumentos de poder (PORTO, 2004, p.81). Na visão de Maia (2008), em colunas de opinião ou editoriais, por exemplo, é comum que jornalistas e/ou veículos tendam a apresentar seus próprios enquadramentos, num processo em que interlocutores se esforçam para sustentar argumentativamente seus próprios pontos de vista, contestando opiniões contrárias. Na construção de seus enquadramentos, profissionais da mídia “conferem ou negam legitimidade à fala das fontes, intencionalmente confrontam essas vozes com a de opositores, utilizam estudos técnicos ou empíricos para sustentar ou minar a credibilidade do que é dito.” (MAIA, 2008, p. 107).

Nesse contexto, em que se faz necessário identificar as interpretações que são apresentadas em textos jornalísticos sobre diferentes temas políticos, Mauro Porto (2004), que é considerado um dos principais pesquisadores na área do Brasil, destaca que o conceito de enquadramento permite que entendamos o processo político como uma espécie de competição, uma disputa em que estará em jogo a interpretação que prevalecerá sobre a formação, o desenvolvimento e a resolução de controvérsias e/ou opiniões políticas conflitantes. Por meio dos conceitos de enquadramento, seria então possível verificarmos como ocorrem eventuais controvérsias nas interpretações e avaliações de acontecimentos de cunho políticos.

Porto (2004) nos propõe, ainda, uma distinção entre dois tipos de enquadramento, os noticiosos e os interpretativos. Nesse sentido, enquadramentos noticiosos seriam aqueles utilizados por jornalistas para organizar seus relatos, como padrões de apresentação, seleção e ênfase. São resultado de escolhas feitas quanto ao formato das matérias, tendo como consequência a ênfase seletiva de determinados aspectos da realidade. Os enquadramentos interpretativos, no entanto, seriam padrões de interpretação dos fatos que promovem uma avaliação de temas políticos. Normalmente, os enquadramentos noticiosos são criados por jornalistas, já os interpretativos costumam ser elaborados por outros atores e incorporados ao texto jornalístico.

Retomando Maia (2008, p.101), podemos pensar na mídia como um espaço de visibilidade, uma “arena” ou “palco” onde atores sociais competem para a construção de

sentido em torno de questões que envolvam a vida pública. Nessa arena, segundo a autora, os profissionais da comunicação seriam os responsáveis por promover a visibilidade dos discursos desses grupos, agenciando-os e, também, contribuindo para que sejam enraizadas as interpretações dos fatos, a construção de narrativas e formulação de juízos e recomendações. A pesquisadora ressalta, ainda, que os enquadramentos presentes nos textos da mídia não se reduzem a posicionamentos “pró” ou “contra” sobre determinados acontecimentos. Alguns desses enquadramentos podem trazer traços de ambiguidade, desdobrando-se assim em vários subenquadramentos.

Procurando relacionar os diferentes estudos sobre enquadramento com algumas reflexões de base semiolinguística, vemos que para Charaudeau (2012), por exemplo, a mídia não transmite o que ocorre na realidade social, ela acaba impondo o que constrói do espaço público, transmitindo uma imagem fragmentada do real, um recorte longe do reflexo fiel. Se é um espelho, mostra um fragmento da realidade deformada, estereotipada, simplificada ou até amplificada. A mídia constrói sua própria visão do espaço público, como uma representação que ocupa o lugar da realidade.

As representações sociais e os imaginários

Partindo da perspectiva de Charaudeau acima mencionada, consideramos válido resgatar aqui um pouco acerca do funcionamento das representações sociais, enquanto mecânica de “construção do real”, bem como o seu significado e importância no âmbito de um universo discursivo “mediatizado”.

Embora a noção de representações sociais seja objeto de estudo em inúmeros outros campos do saber, como a psicologia social, por exemplo, Charaudeau (2007) sinaliza que tal fenômeno pode (e deve) ser interpretado de forma que se torne adaptável aos estudos relacionados também à Análise do Discurso. Com esse intuito, Charaudeau propõe então que encaremos as representações sociais não como um simples conceito, mas como “um mecanismo de construção do sentido” capaz de modelar e formatar a realidade, transformando-a em real significativa, de maneira a engendrar formas de conhecimento da “realidade social”. Dessa forma, nos diz o autor, as representações sociais não devem ser vistas como um subconjunto dos imaginários ou das ideologias, como proposto por outros autores, mas sim como um mecanismo de engendramento dos saberes e também dos imaginários.

Dentro dessa ótica proposta por Charaudeau (2007), o imaginário aparece como uma forma de apreensão do mundo que surge a partir dessa “mecânica” mobilizável pelas

representações sociais, mecânica esta capaz de construir a significação sobre determinados objetos do mundo, sobre os fenômenos produzidos, os seres humanos e seus comportamentos. Com isso, o autor nos diz que o imaginário é resultante de um processo de simbolização do mundo (advindo de uma relação afetivo-racional) que se dá por meio de uma intersubjetividade das relações humanas e que se solidifica em uma memória coletiva. Dessa forma, uma dupla função pode ser atribuída ao imaginário: uma de criação de valores e, outra, de justificação da ação.

No que se refere à relação entre mídia e as representações sociais, Charaudeau (2012) destaca que há na esfera midiática a predominância de uma lógica simbólica (em detrimento às lógicas econômica e tecnológica) que trata “da maneira pela qual os indivíduos regulam as trocas sociais, constroem as representações dos valores que subjazem a suas práticas, criando e manipulando signos e, por conseguinte, produzindo sentido” (CHARAUDEAU, 2012, p.16).

Dentro do raciocínio do autor, o universo midiático pode ser comparado a um jogo de espelhos que, ao mesmo tempo, reflete o espaço social e é refletido por este, num processo em as que representações sociais e as midiáticas se sobrepõem mutuamente.

Relação entre mídia e poder

Atentando para certas particularidades do nosso objeto de estudo, que traz o discurso perpassado por uma instância midiática, consideramos válido salientar aqui alguns pontos de atenção úteis ao desenvolvimento do trabalho. Uma perspectiva relevante é trazida por Charaudeau (2012), que considera a análise do discurso veiculado pela mídia ainda mais difícil de se analisar que o discurso político em si. O discurso no mundo da política, nos diz o autor, estaria intrinsecamente ligado ao poder e à manipulação, já o discurso das mídias tem (ou teria) a pretensão de se definir contra o poder, o que nem sempre acontece na prática.

Albuquerque (1992) nos lembra que a cobertura da imprensa brasileira sobre política tem sido objeto de inúmeros estudos, pesquisas que têm detectado a existência de um favorecimento da mídia às causas e partidos tidos como “conservadores”, em detrimento dos de “esquerda”.⁵ Já para Maia (2008, p. 95), empresas de comunicação têm mesmo

⁵ Os termos «conservadores» e «esquerda» foram mencionados aqui (e eventualmente em outros trechos do artigo) apenas com o intuito de replicar a ideia e os dizeres do autor, não sendo objetivo deste trabalho emitir juízo de valor e/ou entrar no mérito dos significados (controversos) despertados pelo seu uso.

estabelecido relações de interesse com grupos de poder, o que acaba comprometendo a comunicação democrática, a independência e a responsabilidade da informação.

Seguindo linha de raciocínio semelhante, Ramonet (2003) observa que os meios de comunicação podem, inclusive, gerar problemas ao sistema democrático ao se colocarem a serviço dos interesses de seus grupos controladores, cada vez mais ligados à iniciativa privada e projetos de poder específicos. A mídia não estaria, assim, cumprindo seu papel de quarto poder fiscalizador, sua missão de contrapoder. Sendo a mídia o único dos poderes a não admitir nenhum tipo de crítica (não admitindo assim nenhuma forma de contrapoder), ela passaria a atuar dentro desse contexto difundindo sua própria visão de mundo, mas uma visão mascarada, disfarçada de informação.

Nesse sentido, Ramonet (2003, p.62) chega a questionar se a mídia defende mesmo os interesses dos cidadãos ou dos seus grupos proprietários. Charaudeau (2012), por sua vez, afirma que a mídia não deveria ser considerada uma instância de poder, uma vez que pode ser utilizada por atores políticos para manobrar a opinião pública, pensamento este próximo ao defendido por Maia (2008, p.95), quando diz que a mídia não poderia ser considerada um “provedor neutro” de informação, mas uma instituição ao mesmo tempo política, econômica e cultural-profissional, podendo estabelecer relações tensas e conflituosas com outros atores.

Maia (2008) pondera, no entanto, que a atuação da mídia diante de questões políticas se faz importante, já que ela pode colaborar na imposição de limites e constrangimentos à atuação de atores políticos, proporcionando oportunidades para a perda ou aquisição de influência e poder.

Nas relações com o sistema político, é possível dizer que o jornalismo, em termos normativos, exerce diversas funções, tais como: fornecer informações para que os cidadãos possam fazer escolhas esclarecidas; monitorar a atuação dos representantes, a fim de evitar abusos de poder e salvaguardar as liberdades individuais; servir como fórum de debate para representantes do governo, partidos políticos, grupos de pressão e agentes da sociedade civil; servir como agentes de mobilização. (MAIA, 2008, p.98).

Discursos hegemônicos e contra-hegemônicos

Em meio então a esse cenário incômodo e de certa forma “catastrófico” desenhado por Ramonet (2013), que questiona o poder (cada vez maior) da mídia, a preponderância e a “blindagem” de um discurso considerado hegemônico, o autor também nos chama a atenção

para o surgimento, nos dias atuais, de uma possível atenuante a essas “inquietações”. Trata-se do poder que a internet vem alcançando na contemporaneidade.

É a internet, acredita o pesquisador, que nos permite voltar a sonhar com a democratização da informação. Nesse sentido, ganha destaque, por exemplo, a figura do “cidadão informante” que pode ser um amador (no sentido de não ser um profissional da comunicação) mas, ao mesmo tempo, ser qualificado e se destacar como profissional em sua área específica de atuação e ter, com esse ambiente digital, uma forma célere e barata de difundir, com a credibilidade necessária, os seus conhecimentos.

Tal fenômeno faz surgir, na visão de Ramonet, uma espécie de concorrência entre amadores especialistas e os jornalistas profissionais, o que acaba forçando um redesenho do fazer jornalístico e contribuindo para que esse “cidadão informante” se torne um personagem chave, e saudável, para a sobrevivência da própria democracia. Como exemplo dessa tendência, o autor cita a existência hoje de sites de informação que mesclam três elementos: informação original, informações elaboradas por outros meios de comunicação (ex: seleção de melhores artigos da web) e também os *blogs* que reúnem informações variadas dos mais diferentes profissionais. Esse novo modelo, nos diz Ramonet, ilustra bem um cenário em que há a possibilidade de crescimento massivo da cidadania, num espaço que reúne as instâncias produtoras e consumidoras de informação.

Nessa mesma linha de pesquisa, o professor brasileiro Denis de Moraes observa que a rede mundial de computadores

tem permitido experiências de produção e difusão informativa com sentido contra-hegemônico - isto é, de questionamento do neoliberalismo e da ideologia mercantilista da globalização, bem como de denúncia de seus efeitos anti-sociais. (MORAES, 2007).

Para o autor, as principais características desse discurso contra-hegemônico concentram-se em: i) ser uma oposição ao neoliberalismo, defendendo os direitos universais e distribuição de riquezas; ii) ter um caráter informativo descentralizado, com facilidade para acesso e compartilhamento das informações, mas dificultando o controle por parte das instâncias de poder; iii) possibilidade de difusão dos dados sem submissão a diretrizes e delimitações impostas pela mídia tradicional; iv) possuir uma dinâmica que incentiva o diálogo e a interação entre aqueles que compartilham visões de mundo convergentes; e) possibilidade de os textos e materiais audiovisuais ser partilhados como "publicação

aberta", o que abre espaço para leitores comentarem, publicarem conteúdo sem consentimento prévio dos editores.

O tom do *ethos* na fala escrita

No momento em que nos propomos a identificar um possível *ethos* presente nas falas do nosso *corpus*, baseado na escrita, consideramos válido revisitar aqui alguns estudos realizados por Dominique Maingueneau acerca do tema, que nos mostraram especialmente úteis para o desenvolvimento de nossas análises.

A partir de uma concepção própria de *ethos*, dentro do âmbito da Análise do Discurso, Maingueneau apresenta uma perspectiva que guarda suas particularidades, mas que não se difere totalmente de uma abordagem já prevista nos escritos aristotélicos. Na visão do autor, o conceito de *ethos* vai além da proposta existente na antiga retórica, baseada na persuasão por argumentos, pois a noção agora proposta “permite refletir sobre o processo mais geral da adesão de sujeitos a determinado posicionamento” (MAINGUENEAU, 2008, p.64). Ainda, enquanto o *ethos* na vertente retórica estaria mais ligado à oralidade, o autor defende que qualquer texto escrito tem uma “vocalidade” específica que pode estar relacionada a uma caracterização do corpo do enunciador, a um “fiador” capaz de, por meio do seu tom, atestar o que é dito.

De acordo com o autor, a noção de *ethos* está então relacionada basicamente a três componentes, que são o tom, o caráter e a corporalidade. Estes elementos seriam responsáveis por sustentar uma concepção mais “encarnada” do *ethos*, que recobre as dimensões verbais e não-verbais ligadas ao fiador e contribui para que haja uma identificação por parte do interlocutor.

[...] optei por uma concepção mais "encarnada" do *ethos*, que nessa perspectiva, recobre não somente a dimensão verbal, mas também o conjunto de determinações físicas e psíquicas associadas ao fiador pelas representações coletivas. Assim, acaba-se por atribuir ao fiador um "caráter" e uma "corporalidade", cujo grau de precisão varia segundo os textos. O “caráter” corresponde a um feixe de traços psicológicos. Quanto à “corporalidade”, ela é associada a uma compleição física e a uma forma de se vestir (MAINGUENEAU, 2008, p.65).

O tom com que é dito algo, nos diz o autor, é tão importante quanto o que é dito ao interlocutor. Visto como uma dimensão vocal, o tom (que vale tanto para a escrita quanto para a oralidade) surge como uma voz específica que emana do discurso e alcança um universo externo ao texto, uma voz que dá sustentação ao discurso. O caráter, como descrito

na citação acima, corresponde a um conjunto de traços psicológicos que o leitor-ouvinte confere ao enunciador; já a corporalidade remete a uma representação do corpo do enunciador na formação discursiva.

Para fechar o seu raciocínio acerca do *ethos*, Maingueneau nos diz que diante da enunciação, a partir da necessidade de o locutor tentar controlar a sua própria fala no discurso (evitando interpretações equivocadas por parte do destinatário), são possíveis explorações diversas do *ethos*, “em função do tipo e do gênero do discurso em questão e também em função da disciplina, ou de alguma corrente no interior de tal disciplina, à qual a pesquisa se liga” (MAINGUENEAU, 2008, p.73).

Apresentação e análise do corpus

Observando inicialmente o editorial publicado pelo jornal Estadão,⁶ percebemos que o seu discurso soa como uma espécie de alerta, atentando para o risco de o Governo interino de Michel Temer ser considerado ilegítimo por atores políticos no cenário internacional. Para tratar do assunto, a publicação expõe uma entrevista realizada por um jornalista, não identificado, com um porta-voz do governo dos Estados Unidos. O texto também cita o caso do “ativista” americano Glenn Greenwald, que havia publicado uma reportagem lembrando que Michel Temer estava impedido de se candidatar a qualquer cargo público por oito anos.

Já o artigo publicado pelo site Mídia Ninja⁷ evidencia uma fala, “plurivocalizada”, que, apesar de posicionar-se contrariamente ao *impeachment*, traz também como proposta uma tentativa de explicar como funciona a tramitação do processo no poder Legislativo e esclarecer quais crimes de responsabilidade a presidente Dilma Rousseff estaria sendo acusada. Parte da publicação também se dedica a questionar a legitimidade do *impeachment* do ponto de vista jurídico, confrontando posicionamentos contrários e favoráveis ao processo por meio da fala de diferentes atores. Diante disso, é possível percebermos que a perspectiva adotada pela publicação da Mídia Ninja parece mostrar-se mais “equilibrada” do que a acionada pelo Estadão.

Ao longo de todo o editorial do Estadão, é possível observar marcas de subjetividade que demonstram de maneira nítida o posicionamento do veículo, favorável ao

⁶ Opinião. Jogo sujo da desinformação. Jornal Estadão. 2016. Disponível em <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,o-jogo-sujo-da-desinformacao,10000053910>>. Acesso em 02. Jul. 2016

⁷ GUAREXICK, Juliana, IPS Inter Press Service. Impeachment, outra batalha no Brasil. 2016. Disponível em: <<https://ninja.oximity.com/article/Impeachment-outra-batalha-no-Brasil-1>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

impeachment. A perspectiva da publicação explicita-se em trechos como “O Brasil, sua democracia e suas instituições estão sendo enxovalhados no exterior por uma campanha de difusão de falsidade cujo objetivo é denunciar a ‘ilegitimidade’ do presidente em exercício Michel Temer”. Em outro trecho, o texto cita “a ousadia desses delinquentes a serviço da causa lulopetista” para se referir a brasileiros que estariam se posicionando junto a atores políticos no exterior de maneira contrária ao *impeachment*. Fica evidenciado, por meio do uso dessas marcas de subjetividade como “delinquentes” e “causa lulopetista”, que o veículo se opõe a qualquer tentativa de associar o *impeachment* a um processo antidemocrático.

No artigo publicado no site da Mídia Ninja, por sua vez, podemos identificar o uso de palavras mais neutras e/ou favoráveis aos grupos contrários ao *impeachment*. No trecho “‘Não haverá golpe’ é o lema com que ativistas defendem a presidente, protagonizando outras manifestações de massa, engrossadas por sindicatos, movimentos sociais e muitos que atuam ‘em defesa da democracia’, não do governo” podemos identificar um posicionamento distinto daquele adotado pelo editorial do jornal O Estado de São Paulo.

O artigo da Mídia Ninja utiliza o termo “ativistas” para se referir a grupos contrários ao *impeachment*, diferentemente do Estadão, que aciona a expressão “delinquentes” para citar o mesmo grupo. Em outro trecho, o texto da Mídia Ninja cita um manifesto contra o processo de *impeachment*, que teria sido assinado por “intelectuais, na maioria advogados, juristas e professores de direito”. Ou seja, a publicação classifica tal grupo (contrário ao *impeachment*) como sendo formado por “intelectuais”.

Análise sob a perspectiva dos enquadramentos

Considerando os estudos de Porto (2004) sobre enquadramentos, entendemos que ambos os textos se ajustam bem ao conceito de enquadramento interpretativo. Segundo o autor, “jornalistas frequentemente citam outros atores para promover interpretações específicas da realidade política” (2004, p. 92), prática facilmente observada no artigo veiculado pela Mídia Ninja, que utiliza a fala de atores distintos para apresentar interpretações em torno do processo de *impeachment*.

Ainda de acordo com Porto (2004), jornalistas tendem a apresentar suas próprias interpretações em colunas de opinião e/ou matérias de cunho analítico, caracterizando o uso do enquadramento interpretativo. O posicionamento e interpretações do jornal Estadão sobre o *impeachment* foram explicitados por meio do editorial publicado e, por isso, entendemos que o veículo também utilizou o tipo de enquadramento interpretativo.

O que dizer do *ethos* e dos imaginários?

Pelas marcas de subjetividade já identificadas nos dois textos analisados, principalmente, acreditamos que podemos tecer algumas considerações de relevância acerca da predominância de um possível *ethos* editorial para cada um desses diferentes veículos. Se levarmos em conta dois termos-chave que ilustram posicionamentos distintos em torno desse momento político, *impeachment* ou golpe, por exemplo, podemos notar tais marcas do sujeito denotando um "lugar" opinativo que posiciona, de um lado, o jornal Estadão como favorável ao *impeachment* (criticando duramente a perspectiva de "golpe") e, de outro, o texto da Mídia Ninja delimitando um posicionamento contrário ao afastamento da presidente e defendendo, inclusive, com certa contundência a pertinência de uso do termo golpe.

Em ambos os casos, as falas adotadas (que evidenciam até certa intolerância com ideias contrárias, como o caso do Estadão) revelam um "tom" daquilo que se diz, dando corpo (como diz Maingueneau) a *ethos* distintos, espelhando o próprio momento de polarização político-ideológica no qual se encontrava o país em torno do episódio que culminou no afastamento da presidente.

No que se refere aos imaginários passíveis de serem trabalhados pela mídia (e seus discursos), se os visualizarmos como resultante de um processo de simbolização do mundo (como vimos em Charaudeau) que acaba se solidificando em memória coletiva, chama a atenção duas abordagens distintas em ambos os textos analisados. No editorial do Estadão, em que percebemos uma tentativa de desqualificar ideias contrárias ao *impeachment*, há um momento em que o jornalista que defende a tese de golpe é visto como um ativista fanático, que age como se estivesse, pejorativamente, em uma "assembleia estudantil" defendendo ideias "ultrapassadas" da esquerda. Nesse caso, se levarmos em conta um certo enraizamento que existe na memória de muitos de comunismo associado a figura de um mal (como aconteceu no Brasil, por exemplo, para justificar o golpe de 64), podemos dizer que o uso do termo "assembleia estudantil" tenta re-significar um imaginário de atraso, de ideias retrógradas e sem sentido outrora defendidas por uma ingenuidade "juvenil" e que deve ser hoje novamente contestada.

No artigo da Mídia Ninja, ao contrário do editorial, a noção de imaginário não parece explícita em um trecho mais específico, mas na fala como um todo. Neste caso, ao posicionar-se em favor da tese do golpe, o artigo publicado pela Mídia Ninja (mesmo que com aparência de mais neutralidade) defende o qualificativo "golpe" como uma espécie de

artifício mobilizador de atos em favor de uma democracia ameaçada. O caráter simbólico, “acionador” de imaginários estaria então, pelo que entendemos, na própria ideia de democracia, que nos aparece como uma “instituição” carregada de certos princípios “inabaláveis” em sua essência e que, exercida por todos, é sinônimo da garantia de direitos, de proteção às leis e à própria liberdade humana.⁸ Logo, tal democracia jamais deveria ser ameaçada por um processo “ilegítimo”, imaginário este que é mobilizado, por exemplo no artigo, pelo resgate de um artifício já utilizado no passado em prol do processo democrático, que é um manifesto assinado por uma elite intelectual.

Considerações finais

Chegado o momento de apontarmos algumas considerações finais em torno do que analisamos neste trabalho, fica-nos a percepção de que há, em meio a esse processo de *impeachment* no Brasil, uma tentativa de a mídia emplacar e/ou defender uma imagem fragmentada do real, principalmente como percebido no editorial do Estadão, em que podemos identificar com mais facilidade traços de um discurso hegemônico caracterizado pela predominância de uma das vozes envolvidas nesse “projeto de poder”, envolvendo o afastamento de uma líder política. Neste caso, a fala em formato de editorial parece funcionar até mesmo como braço auxiliar de um dos poderes, o executivo (na figura do Itamaraty), ao demonstrar o desejo de fazer-lhe algumas “recomendações úteis” para combater a tese de golpe.

De outro lado, apesar de não podermos afirmar que seja uma regra, a perspectiva trazida por um aparato midiático alternativo como a Mídia Ninja, que podemos considerar por suas características como um discurso contra-hegemônico, aponta para uma perspectiva mais “plurivocal”. Dessa forma, embora percebamos também certa parcialidade em torno do episódio do *impeachment*, o artigo publicado pela Mídia Ninja tenta nos mostrar uma análise mais equilibrada da conjuntura, questionando e procurando refletir sobre o papel e atuação dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário) em torno desse momento histórico, o que coincide com a visão mais “otimista” de Ramonet (2013) sobre a importância e o (“saudável”) funcionamento da mídia, enquanto quarto poder, nas democracias atuais.

Este estudo, sabemos, é apenas um pequeno recorte analítico acerca da atuação midiática na contemporaneidade, especialmente no trato com assuntos políticos, mas

⁸ Disponível em: <<https://www.embaixada-americana.org.br/democracia/what.htm>>. Acesso em: 06.jul.2016.

mostra-se suficientemente importante para refletirmos, entre outros aspectos, sobre os enquadramentos dos veículos informativos, os imaginários por eles mobilizados e a atuação dos diversos atores que regem os mais diversos projetos de poder nas democracias.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Afonso de. *Manipulação editorial e produção da notícia: dois paradigmas da análise da cobertura jornalística da política*. In: RUBIM;
- BENTZ; PINTO (orgs), *Produção e Recepção dos Sentidos Midiáticos*. Petrópolis: Vozes/Compós, 1992.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. 2.ed. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. *Les stéréotypes, c'est bien. Les imaginaires, c'est mieux*. In: Boyer H. (dir.) *Stéréoty page, stéréotypes: fonction nements ordinaires et mises en scène*. Paris: L'Harmattan, 2007.
- _____. *Discurso das mídias*. In: CORREA, Angela M. S. São Paulo: Contexto, 2012.
- MORAES, Dênis de. *Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas*. In: Revista de Economía Política de las Tecnologías de La Información y Comunicación. vol. IX, n. 2, mayo - ago/ 2007. Disponível em: <www.eptic.com.br> Acesso em: 14 jun. 2016.
- ENTMAN, Robert. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. In: Levy, M.; Gurevitch, M. (Ed.). *Defining media studies*. New York: Oxford University Press, 1994. p. 293-300.
- GITLIN, Todd. *The whole world is watching*. Berkeley: University of California Press, 1980.
- GOFFMAN, Erving. *Frame Analysis*. Boston: Northeastern University Press, 1986.
- MAIA, Rousiley. *Deliberação e Mídia*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da enunciação*. Organização: Sírio Possenti, Maria Cecília Péres Souza-Silva. São Paulo: Parábolas Editorial, 2008.
- MCCOMBS, M. *A Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- PAN, Zhong dang e Gerald KOSICKI. *Framing as a strategic action in public deliberation*. In S. Reese, O. Gandy, Jr. e A. Grant, eds., *Framing Public Life*, Mahwah: Lawrence Erlbaum, p. 35-65, 2001.
- PORTO, Mauro. *Enquadramentos da Mídia e Política*. In: RUBIM, Antonio A. Canelas (Org.). *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: Edufba, 2004. p. 73-104
- RAMONET, Ignacio. *Meios de comunicação: um poder a serviço de interesses privados?* In MORAES, Dênis (org.). *Mídia, Poder e Contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação*. São Paulo: Boitempo, 2013.